

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS (Proposta)

2025

*Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
Entidade Declarada de Utilidade Pública
Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)
Entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA)
Entidade Formadora Acreditada pela DGERT
Entidade equiparada a IPSS*

Índice

Introdução.....	3
Parte I - Análise Financeira	4
Fontes de Financiamento	
Projetos em Execução	
Projetos Concluídos	
Parte II - Demonstrações Financeiras.....	8
Balanço.....	8
Demonstração dos resultados por naturezas.....	9
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	10
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	11
Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	12

INTRODUÇÃO

O ano de 2025 decorreu num contexto ainda exigente para as organizações do terceiro setor, marcado por constrangimentos associados à operacionalização dos atuais instrumentos de financiamento comunitário e pelos impactos que estes continuam a ter na gestão e execução dos projetos. Apesar deste enquadramento, a Terras Dentro conseguiu assegurar a continuidade da sua atividade e manter o equilíbrio financeiro ao longo do exercício, recorrendo pontualmente a apoio bancário para fazer face a constrangimentos temporários de tesouraria decorrentes de atrasos nos reembolsos de projetos.

Durante o ano de 2025 foram concluídos dois projetos relevantes para a atividade da associação: o projeto “Semear e Alimentar Local (SAL)”, financiado pela Medida 20.2.4 do PDR2020, e o projeto de cooperação transnacional “Turismo Fora d’Horas”, desenvolvido no âmbito da Medida 10.3 do PDR2020.

Paralelamente, a associação manteve uma dinâmica ativa de preparação de novas oportunidades de financiamento e intervenção, tendo apresentado duas candidaturas ao programa Erasmus+ e uma candidatura no âmbito das Parcerias para a Coesão Não Urbana/Alentejo 2030.

A Terras Dentro continuou igualmente a desenvolver um trabalho de promoção do desenvolvimento integrado dos territórios onde intervém, utilizando os projetos como instrumentos de valorização social, económica e territorial, em coerência com a sua missão, princípios e valores, e assente numa atuação pautada pelo profissionalismo, proximidade e eficácia.

O presente relatório reflete essa atividade e apresenta a situação financeira da associação, encontrando-se organizado nas seguintes partes:

Parte I – Análise financeira e apresentação das principais fontes de financiamento da associação e dos seus projetos;

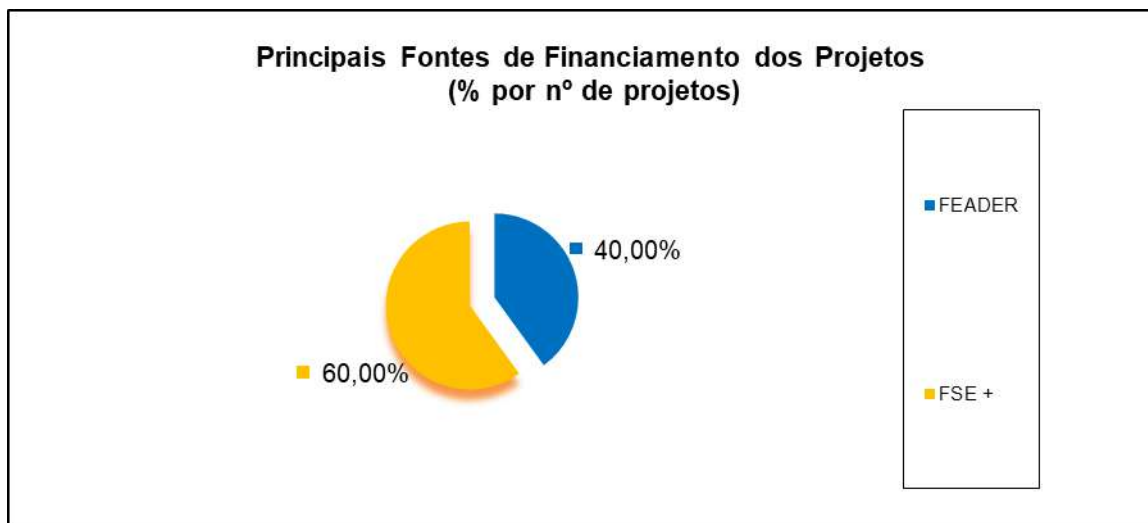
Parte II – Demonstrações financeiras: balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos;

Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

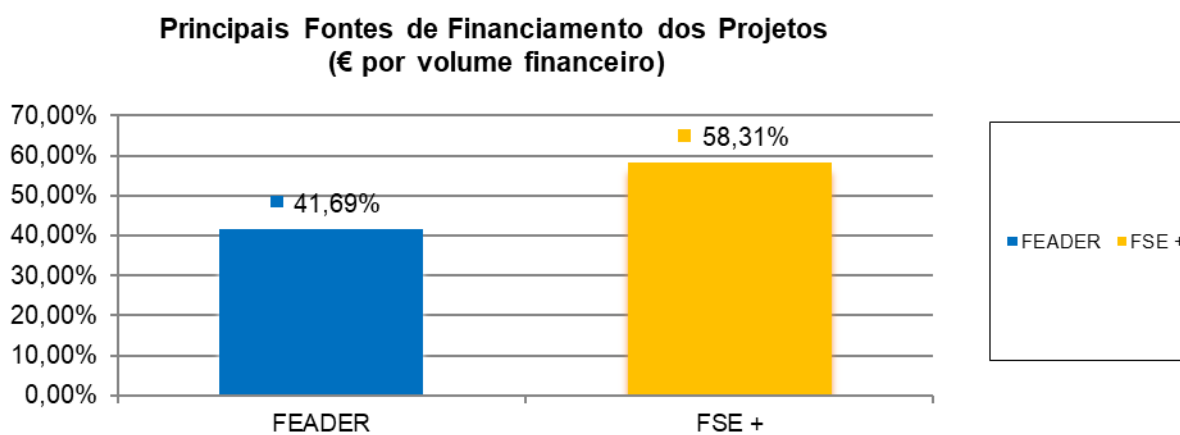
Parte I - Análise Financeira**Fontes de Financiamento:**

O quadro e os gráficos seguintes evidenciam o nº de projetos cofinanciados, a diversidade de programas e respetivas fontes de financiamento em 2025.

Projeto	Programa	Fonte de Financiamento	Taxa de Co Financiamento
DLBC / Medida LEADER PDR2020 - 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação-2ª Fase	PDR 2020/PRR	FEADER	100%
DLBC/PEPAC / Medida D12 – Gestão e Funcionamento da Equipa	PEPAC	FEADER	100%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Turismo Fora D’Horas	PDR 2020/PRR	FEADER	90%
Medida 20.2.4 PDR 2020-Semear e Alimentar Local (SAL)	PDR 2020/PRR	FEADER	100%
Monte Dentro E9G - Montemor-o-Novo	Escolhas	FSE+	100%
Cresce e Aparece E9G – Cuba, Alvito e Vidigueira	Escolhas	FSE+	100%
CLDS 5G-VIDAS – Vidigueira	PESSOAS +	FSE+	100%
CLDS 5G-Rumo Certo – Viana do Alentejo	PESSOAS +	FSE+	100%
CLDS 5G-SOL – Alvito	PESSOAS +	FSE+	100%
ERASMUS + - INNOVATION IN AGRICULTURE	ERASMUS +	FSE+	100%



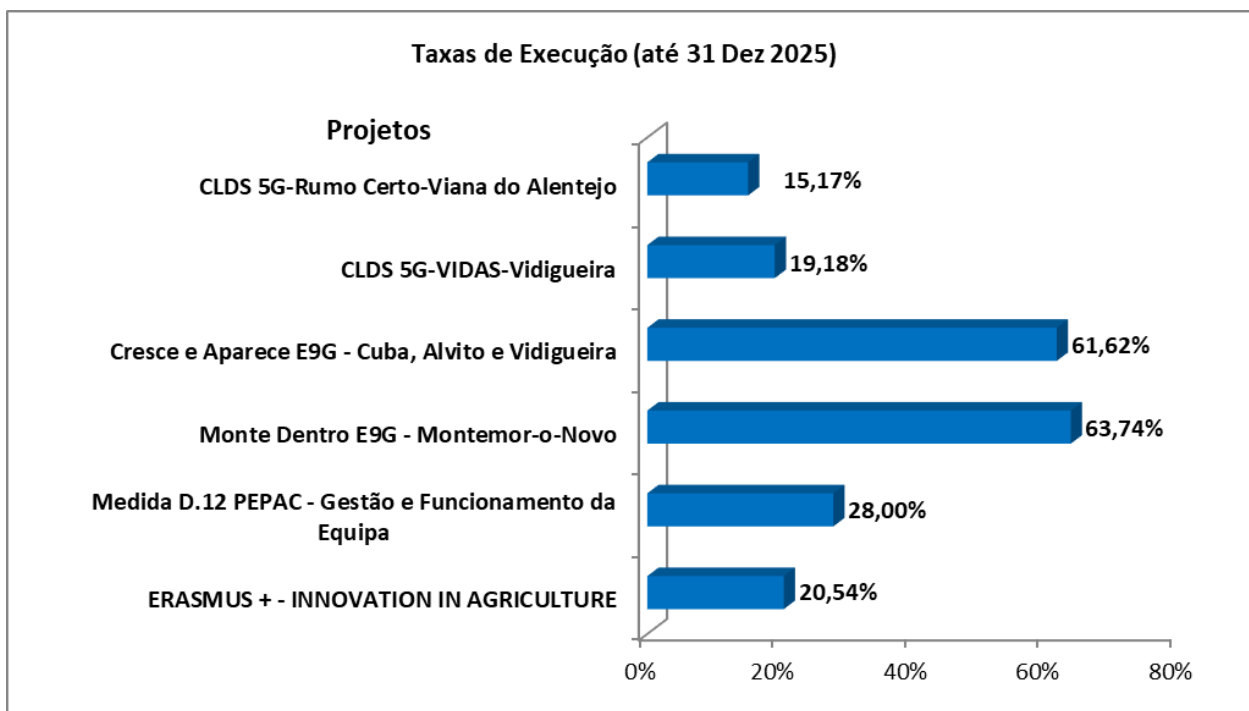
Em 2025, pudemos verificar, que existiram apenas 2 fontes de financiamento nos projetos da Terras Dentro e que foram repartidos com 60% pelo FSE + e com 40% pelo FEADER do total dos projetos.



De acordo com o gráfico anterior, a principal fonte de financiamento da Terras Dentro em termos de volume financeiro foi o FSE + com 58,31%.

Taxas de Execução Acumuladas dos Projetos em 2025

Este gráfico reflete as taxas de execução acumuladas de todos os projetos iniciados e em execução em 2025 com exceção dos projetos que finalizaram e que serão apresentados mais à frente.



CLDS 5G SOL - Alvito – teve início em maio de 2025 e tem término previsto para dezembro de 2028. Apresenta atualmente uma taxa de execução de 9,88%, ligeiramente abaixo do previsto. Esta diferença deve-se ao facto de, em fase de candidatura, o arranque estar previsto para janeiro de 2025, tendo-se verificado um atraso na sua aprovação.

CLDS 5G RUMO CERTO – Viana do Alentejo - iniciou em fevereiro de 2025, e terminará em dezembro 2028. À data de 31 de dezembro de 2025 apresenta uma taxa de execução financeira de 15,17%.

CLDS 5G VIDAS – Vidigueira – teve o seu início a 1 de janeiro de 2025, e tal como os projetos anteriores terminará previsivelmente a 31 de dezembro de 2028. Apresenta uma taxa de execução financeira de 19,18%.

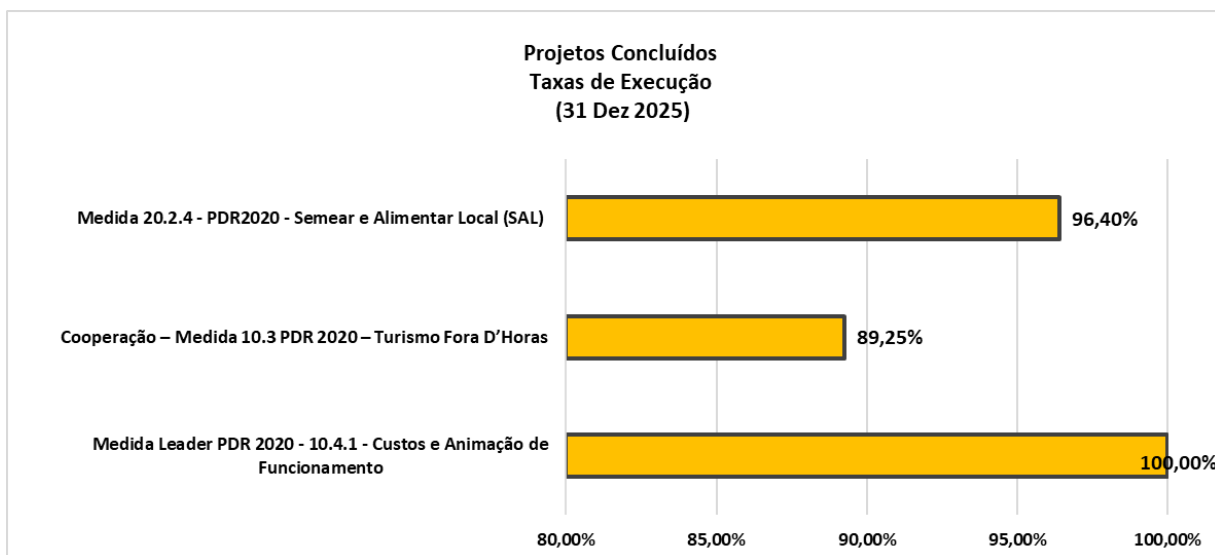
Cresce e Aparece E9G de Cuba, Alvito e Vidigueira/Escolhas 9G – teve início em outubro de 2023 e terá o seu término previsto para 30 setembro de 2026. Apresenta uma taxa de execução de 61,62%, uma execução totalmente em total conformidade com o previsto em candidatura.

Monte Dentro E9G de Montemor-o-Novo/Escolhas 9G – Tal como o projeto anterior, teve início em outubro de 2023 e terá o seu término previsto para o final de setembro de 2026. Apresenta uma taxa de 63,74%, dentro do previsto em candidatura.

Medida D.12 PEPAC – Gestão e Funcionamento da Equipa - Esta medida suporta os custos associados à equipa técnica local (ETL) do programa DLBC/LEADER. Teve início em janeiro de 2025 e prevê-se que termine a 30 de junho de 2029. Atualmente, apresenta uma taxa de execução de 28%.

ERASMUS + - INNOVATION IN AGRICULTURE - teve início em outubro de 2025 e terá o seu término previsto a 30 setembro de 2026. Apresenta uma taxa de execução de 20,54%.

Taxas de Execução dos Projetos Concluídos em 2025



Medida PDR2020 – 20.2.4 – Semear e Alimentar Local (SAL) – iniciou-se a 1 de outubro de 2021 e terminou a 31 de março de 2025. O projeto foi executado na sua totalidade, tanto ao nível dos indicadores físicos como financeiros, apresentando uma taxa de execução final de 96,40%.

Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Turismo Fora D’Horas– iniciou a 1 de outubro de 2021 e teve o seu término em 31 de março de 2025. Apresenta uma taxa de execução final de 89,25%. Este projeto foi desenvolvido em parceria com os GAL Vicentina e ESDIME sendo o GAL VICENTINA o responsável pela sua coordenação.

Medida LEADER PDR2020 – 10.4.1 – 2ª Fase – Custos de Funcionamento e animação – iniciou a 1 de janeiro de 2022 e terminou a 30 de abril de 2025. Apresenta uma taxa de execução financeira acumulada de 100%. Esta medida contemplou unicamente os custos com a equipa técnica local (ETL), com atividades de animação e custos de funcionamento.

Parte II – Demonstrações Financeiras

BALANÇO em 31 de dezembro de 2025

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	24 760,91 €	7 407,15 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	6	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	7	979 415,78 €	979 415,78 €
Investimentos Financeiros	23	33 096,45 €	33 096,45 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
		1 037 273,14 €	1 019 919,38 €
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Clientes	9	17 967,24 €	14 917,24 €
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	11	2 060 564,06 €	891 773,68 €
Diferimentos	12	271,25 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	41 862,28 €	76 713,85 €
		2 120 664,83 €	983 404,77 €
Total do Ativo		3 157 937,97 €	2 003 324,15 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	568,63 €	568,63 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	13	-186 135,65 €	-222 176,14 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	690 616,62 €	690 616,62 €
		505 049,60 €	469 009,11 €
Resultado líquido do período		30 167,20 €	36 040,49 €
Total do fundo de capital		535 216,80 €	505 049,60 €
Passivo			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	48 956,96 €	48 956,96 €
Outras contas a pagar	16	475 031,98 €	475 900,73 €
		523 988,94 €	524 857,69 €
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	15	6 547,67 €	5 107,82 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	14 807,67 €	10 998,74 €
Acionistas/sócios		0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	65 000,00 €	70 000,00 €
Diferimentos	12	2 012 376,89 €	809 590,14 €
Outras contas a pagar	16	0,00 €	77 720,16 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		2 098 732,23 €	973 416,86 €
Total do Passivo		2 622 721,17 €	1 498 274,55 €
Total do Capital próprio e do passivo		3 157 937,97 €	2 003 324,15 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período Findo em 31 de dezembro 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados		3 332,67 €	10 000,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	18	583 851,97 €	496 749,32 €
Estado e Outros Entes Públicos		583 319,97 €	494 077,76 €
Outros		532,00 €	2 671,56 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	19	-154 326,02 €	-147 181,91 €
Gastos com o pessoal	20	-442 834,05 €	-346 825,60 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos / Reduções de justo valor	23	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21	53 160,72 €	37 463,14 €
Outros gastos e perdas	22	-2 525,00 €	-2 932,02 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40 660,29 €	47 272,93 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6 / 7	-3 856,36 €	-2 326,87 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36 803,93 €	44 946,06 €
Juros e Rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	24	-6 636,73 €	-8 905,57 €
Resultado antes de impostos		30 167,20 €	36 040,49 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		30 167,20 €	36 040,49 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
Período Findo em 31 de dezembro 2025

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		282,67 €	10 850,00 €
Recebimentos/Pagamentos de subsídios		626 767,87 €	478 588,45 €
Recebimentos/Pagamentos de apoios		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de bolsas		0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores		-152 526,82 €	-146 265,95 €
Pagamentos ao pessoal		-438 624,83 €	-348 710,51 €
Caixa gerada pelas operações		35 898,89 €	-5 538,01 €
Pagamento/recebimento de imposto s/ rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos / pagamentos		-80 323,85 €	-1 452,48 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-44 424,96 €	-6 990,49 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:		21 210,12 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis		21 210,12 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		21 210,12 €	0,00 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:		85 000,00 €	70 000,00 €
Financiamentos obtidos		85 000,00 €	70 000,00 €
Realizações de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		-96 636,73 €	-78 905,57 €
Financiamentos obtidos		-90 000,00 €	-70 000,00 €
Juros e gastos similares		-6 636,73 €	-8 905,57 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Reduções de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-11 636,73 €	-8 905,57 €
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-34 851,57 €	-15 896,06 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		76 713,85 €	92 609,91 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	41 862,28 €	76 713,85 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais											Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Cap. Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variaç. Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	568,63						-222 176,14			690 616,62	36 040,49	505 049,60		505 049,60
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contab.															0,00
Alterações de políticas Contabilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonst. Financ.															0,00
Realização do Excedente de revalorização dos ativos fixos tangíveis e Intangíveis															0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00
Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial															0,00
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504 464,90	0,00	0,00	0,00	0,00	504 464,90	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											30 167,20	30 167,20		30 167,20
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504 464,90	0,00	0,00	0,00	30 167,20	534 632,10	0,00	534 632,10
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS NO PERÍODO															0,00
Realizações de Fundos															0,00
Realizações de prêmios de emissão															0,00
Distribuições															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras Operações															0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	568,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282 288,76	0,00	0,00	690 616,62	66 207,69	1 039 681,70	0,00	535 216,80

Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1. Designação: TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

1.2. Sede: Rua do Rossio do Pinheiro, 7090-049 Alcáçovas

1.3. Natureza da atividade:

Associação para o desenvolvimento integrado das organizações económicas, patronais e de atividades de apoio social; reconhecida como Entidade de Utilidade Pública, entidade equiparada a IPSS, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) e entidade formadora acreditada pela DGERT.

1.4. CAE (código e designação):

94110 – Atividades de organizações económicas e patronais

88990 – Outras atividades de apoio social

1.5. Número médio de empregados durante o ano: 16 (dezasseis)

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. É opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Associação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal, nos termos dos estatutos da associação.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 e em consistência com o disposto nas Portarias n.º 220/2015, 24 de julho e n.º 218/2015, 23 de julho e no Aviso 8259/2015, 29 de julho.

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3. A adoção da NCRF - ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março – Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Esta transição, em 2012, afetou o Balanço e as Demonstrações Financeiras pois agora apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho financeiro da entidade, uma vez que exige uma representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na NCRF - ESNL.

Durante o ano o Balanço e a Demonstração de Resultados não foram afetados pela adoção da NCRF - ESNL. Não existiram ajustamentos nos capitais próprios decorrentes da transição para o novo referencial contabilístico.

2.4. Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e

apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da Associação (fluxos de caixa e alterações nos fundos patrimoniais). Segue-se um conjunto de pressupostos, definições e outras informações relevantes para melhor compreensão da forma como as demonstrações financeiras foram preparadas.

3.1 – BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (BADF)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que entidade continuará a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF - ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF - ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para

cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	5 - 100 anos
Equipamento básico	4 - 8 anos
Equipamento de transporte	3 - 7 anos
Equipamento administrativo	2 - 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4 anos

A variação dos anos de vida útil dos edifícios e outras construções está inerente à tipologia dos bens, ou seja, dentro da rubrica edifício e outras construções estão edifícios de grande porte e alterações às construções logo a vida útil estimada tem de se diferenciar consoante os casos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por imóveis cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Apesar da mensuração pelo modelo do custo, procurámos apresentar a nossa estimativa quanto ao justo valor das propriedades de investimento. Porém, não foi possível estimar o justo valor com fiabilidade por motivo de não avaliação das propriedades de investimento por uma entidade especializada, ou seja, o justo valor das propriedades de investimento é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

As propriedades em curso para futuro uso como propriedades de investimento, até que esteja concluída a construção ou o desenvolvimento, são tratadas de acordo o ponto 7 da NCRF-ESNL: ativos Fixos Tangíveis.

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à

alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Tal como referido na Nota 3.1.2, os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

SUBSÍDIOS

Os subsídios são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão

origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

4 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31/12/2025	30/12/2024
Caixa	1 093,38 €	1 291,52 €
Depósitos à ordem	40 768,90 €	75 422,33 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	41 862,28 €	76 713,85 €

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Edifícios e Outras Construções	322 710,88 €	0,00 €				322 710,88 €
Equipamento Básico	164 001,82 €	0,00 €				164 001,82 €
Equipamento de Transporte	156 016,68 €	21 210,12 €				177 226,80 €
Equipamento Administrativo	166 050,19 €	0,00 €				166 050,19 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 436,30 €	0,00 €				21 436,30 €
Total (1)	830 215,87 €	21 210,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	851 425,99 €
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções	322 710,88 €	0,00 €				322 710,88 €
Equipamento Básico	161 971,78 €	1 437,62 €				163 409,40 €
Equipamento de Transporte	156 016,68 €	1 631,59 €				157 648,27 €
Equipamento Administrativo	161 948,85 €	484,84 €				162 433,69 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	20 160,53 €	302,31 €				20 462,84 €
Total (2)	822 808,72 €	3 856,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	826 665,08 €
Ativo Líquido (1 - 2)	7 407,15 €	17 353,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 760,91 €

Não houve aumento nos ativos fixos tangíveis. De resto nada mais houve a assinalar que tivesse grande impacto nos ativos fixos tangíveis. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Programas de Computador	1 997,62 €	0,00 €				1 997,62 €
Outros Ativos Intangíveis	979 415,78 €	0,00 €				979 415,78 €
Total (1)	981 413,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	981 413,40 €
Depreciações						
Programas de Computador	1 997,62 €	0,00 €				1 997,62 €
Outros Ativos Intangíveis	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Total (2)	1 997,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 997,62 €
Ativo Líquido (1 - 2)	979 415,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	979 415,78 €

8 - INVENTÁRIOS

Nada a registar.

9 – CLIENTES

Em 31 de dezembro a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31/12/2025	30/12/2024
Clientes gerais c/c - MN	17 967,24 €	14 917,24 €
Total	17 967,24 €	14 917,24 €

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estados e outros entes públicos	31/12/2025	30/12/2024
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	0,00 €	0,00 €
Imposto s/ valor acrescentado		
Restantes impostos		
Contribuições segurança social		
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições		
Outras tributações		
Total do ativo	0,00 €	0,00 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	3 387,79 €	2 569,69 €
Imposto s/ valor acrescentado	779,41 €	1 267,80 €
Restantes impostos		
Contribuições segurança social	10 640,47 €	7 161,25 €
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições	0,00 €	0,00 €
Outras tributações		
Total do passivo	14 807,67 €	10 998,74 €

Os impostos acima apresentados no passivo foram pagos durante o mês de janeiro de 2026.

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - CORRENTES

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber (Corr.)	31/12/2025	30/12/2024
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Devedores acréscimo rendiment.	0,00 €	65 116,80 €
Devedores diversos	2 060 564,06 €	826 656,88 €
Total	2 060 564,06 €	891 773,68 €

Os valores apresentados dizem respeito aos projetos contratualizados e a valores ainda por receber de anos anteriores.

12 - DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

ATIVO

Deferimentos - Ativo	31/12/2025	30/12/2024
Gastos a reconhecer	271,25 €	0,00 €
Total	271,25 €	0,00 €

PASSIVO

Deferimentos - Passivo	31/12/2025	30/12/2024
Rendimentos a reconhecer	2 012 376,89 €	809 590,14 €
Total	2 012 376,89 €	809 590,14 €

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Capitais, são os seguintes:

Fundo Patrimonial	30/12/2024	Aplicação do Resultado Líquido (N-1)	Reconhecim. prov. associad. subsíd. para investimentos	Regularizações / Reclassificações	31/12/2025
Fundos	568,63 €				568,63 €
Excedentes técnicos					0,00 €
Reservas					0,00 €
Resultados transitados	-222 176,14 €	36 040,49 €			-186 135,65 €
Excedentes de revalorização					0,00 €
Outras variaç. fundos patrimon.	690 616,62 €				690 616,62 €
Resultado líquido do período	36 040,49 €	-36 040,49 €			30 167,20 €
Total	505 049,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	535 216,80 €

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31/12/2025		30/12/2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	65 000,00 €		70 000,00 €	
Descobertos bancários	0,00 €		0,00 €	
Outros financiadores		48 956,96 €		48 956,96 €
Total	65 000,00 €	48 956,96 €	70 000,00 €	48 956,96 €

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e não correntes consoante a sua duração seja ou não superior a 12 meses.

15 - FORNECEDORES

Em 31 de dezembro a rubrica de fornecedores (principais) decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31/12/2025	30/12/2024
Fornecedores gerais c/c - MN	6 547,67 €	5 107,82 €
Total	6 547,67 €	5 107,82 €

16 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

CORRENTES

Outras contas a pagar (Corr.)	31/12/2025	30/12/2024
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos		
Credores acréscimos gastos	0,00 €	0,00 €
Adiantamentos conta de vendas		
Credores diversos	0,00 €	77 720,16 €
Perdas por imparidades		
Total	0,00 €	77 720,16 €

NÃO CORRENTES

Outras contas a pagar (Não Corr.)	31/12/2025	30/12/2024
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores acréscimos gastos		
Adiantamentos conta de vendas		
Credores diversos	475 031,98 €	475 900,73 €
Perdas por imparidades		
Total	475 031,98 €	475 900,73 €

17 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro a rubrica de serviços prestados, decompõe-se da seguinte forma:

Rúbricas	2025	2024
Vendas de bens		
Serviços prestados	3 332,67 €	10 000,00 €
Total	3 332,67 €	10 000,00 €

18 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro a rubrica de subsídios, doações e legados à exploração decompõe-se da seguinte forma:

Subsíd. Doações e legad. à Explor.	2025	2024
Subs. Estado e Outros Entes Públicos	583 319,97 €	494 077,76 €
PDR2020-Funcionamento	12 662,85 €	210 068,67 €
Semear e Alimentar Local	4 494,91 €	97 403,50 €
Montado	0,00 €	342,39 €
Include	0,00 €	1 293,75 €
Fora D'Horas	13 923,28 €	13 111,95 €
CLDS	223 052,13 €	0,00 €
Escolhas E9G	124 789,56 €	133 572,75 €
GLA Monfurado	0,00 €	12 493,08 €
PEPAC Preparatório	0,00 €	25 000,00 €
PEPAC-D12-004714	202 267,46 €	0,00 €
Terralimenta	0,00 €	408,00 €
Erasmus +	2 129,78 €	0,00 €
IEFP	0,00 €	383,67 €
Subsídios de outras entidades	0,00 €	0,00 €
Empresas	0,00 €	0,00 €
Doações e Heranças	532,00 €	2 671,56 €
Donativos	532,00 €	2 671,56 €
Total	583 851,97 €	496 749,32 €

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos referentes ao corrente ano são assim decompostos:

FSE-Fornecim. serviços externos	2025	2024
Subcontratos	0,00 €	0,00 €
Serviços especializados:	91 546,62 €	92 855,77 €
Trabalhos especializados	82 177,15 €	63 690,28 €
Publicidade e propaganda	245,53 €	10 654,78 €
Vigilância e segurança	463,84 €	572,20 €
Honorários	650,00 €	1 291,50 €
Conservação e Reparação	885,69 €	7 441,96 €
Serviços bancários	1 019,96 €	1 896,80 €
Outros	6 104,45 €	7 308,25 €
Material:	11 461,31 €	8 408,07 €
Ferramentas e utensílios	1 058,06 €	925,81 €
Material de Escritório	1 684,89 €	1 472,50 €
Outros	8 718,36 €	6 009,76 €
Energia e fluídos:	12 642,43 €	12 315,41 €
Eletricidade	5 218,42 €	4 578,33 €
Combustíveis	7 158,89 €	7 477,25 €
Água	265,12 €	259,83 €
Deslocações, estadas e transportes:	4 741,24 €	4 721,83 €
Deslocações e estadas	4 741,24 €	4 721,83 €
Serviços diversos:	33 934,42 €	28 880,83 €
Rendas e alugueres	5 725,80 €	8 793,04 €
Comunicação	3 124,45 €	3 625,46 €
Seguros	2 474,23 €	1 696,39 €
Contencioso e notariado	160,00 €	149,60 €
Limpeza, higiene e conforto	3 300,00 €	3 300,00 €
Outros	19 149,94 €	11 316,34 €
Total	154 326,02 €	147 181,91 €

Estas são as principais rubricas que mantêm a atividade da Associação a funcionar, ou seja, estes são os gastos funcionais correntes. Verificou-se uma redução dos gastos em todas as rubricas em comparação com o que se haviam registado no ano anterior.

20 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações certas	338 096,06 €	264 276,66 €
Remunerações adicionais	24 609,00 €	17 931,00 €
Encargos s/ Remunerações	77 035,94 €	59 379,42 €
Seguros	2 032,68 €	3 800,30 €
Outros	0,00 €	767,27 €
Higiene, Saúde e Medic. trabalho	1 060,37 €	670,95 €
Total	442 834,05 €	346 825,60 €

O número médio de pessoas que colaboraram com a Associação no decurso do exercício findo em 31 de dezembro foi de 16 (dezassex) funcionários.

Os órgãos diretivos da Associação não auferem remuneração.

21 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro a rubrica outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2025	2024
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Rendim. ganhos invest. não financ.	150,00 €	2 564,55 €
Restituição de impostos	376,75 €	437,68 €
Outros rendimentos:		
Parcerias/Org.Eventos/Estudos...	48 054,50 €	34 460,91 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Correç.relat.períodos anterior.	4 574,84 €	0,00 €
Outros	4,63 €	0,00 €
Total	53 160,72 €	37 463,14 €

22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro a rubrica outros gastos e perdas decompõe-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2025	2024
Impostos	0,00 €	0,00 €
Descontos pronto pag. concedid.	0,00 €	0,00 €
Outros gastos:		
Quotizações	2 525,00 €	2 525,00 €
Outros	0,00 €	407,02 €
Total	2 525,00 €	2 932,02 €

23 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro a rubrica dos investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

Investimentos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Participação no capital:	26 311,75 €	26 311,75 €
Aquemtejo, Lda.	20 899,63 €	20 899,63 €
Ideia Alentejo	498,80 €	498,80 €
Adral	3 491,59 €	3 491,59 €
Cortflax	1 215,00 €	1 215,00 €
Assoc. Nac. Direito Crédito	49,88 €	49,88 €
Association Mediterran.	82,03 €	82,03 €
Outras empresas	74,82 €	74,82 €
Outros investimentos:	6 784,70 €	6 784,70 €
Fundo Compensação Trabalho	6 784,70 €	6 784,70 €
Total	33 096,45 €	33 096,45 €

24 – GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro a rubrica dos gastos de financiamento decompõe-se da seguinte forma:

Gastos de financiamento	2025	2024
Juros suportados:		
De empréstimos bancários	5 426,01 €	4 978,37 €
Outros	1 210,72 €	3 927,20 €
Total	6 636,73 €	8 905,57 €

Os juros e gastos similares suportados incluem juros de empréstimos bancários.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

25 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os principais diplomas legais sobre o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) são dos seguintes:

Diploma legal	
Decreto-Lei 36-A/2011 (RNC), 9 de março	<i>Aprova os regimes da normalização contabilística para as ESNL</i>
Aviso 6726-B/2011, 14 de março	<i>Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL</i>
Portaria 105/2011, 14 de março	<i>Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL</i>
Portaria 106/2011, 14 de março	<i>Código de Contas específico para as ESNL</i>

26 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Nada a registar.

Contabilista Certificado nº 15443

A Direção
